



Panorama do saneamento básico no Brasil

- Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Léo Heller, Sonaly Resende)
 - Universidade Federal da Bahia/UFBA (Luiz Moraes, Patrícia Borja)
 - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Ana Lúcia Britto)
- Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental



Panorama do saneamento básico no Brasil

Volume 1

Elementos conceituais
Léo Heller/UFMG (coord.)

Volume 2

Análise situacional do déficit em saneamento básico
Luiz Roberto Santos Moraes/UFBA (coord.)

Volume 3

Análise situacional dos programas e ações federais
Patrícia Cam-pos Borja/UFBA (coord.)

Volume 4

Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico
Ana Lúcia Britto/UFRJ (coord.)

Volume 5

Análise dos investimentos
Sonaly Cristina Rezende/UFMG (coord.)

Volume 6

Visão estratégica para o saneamento básico no Brasil
Léo Heller/UFMG (coord.)

Volume 7

Cadernos temáticos
Sonaly Cristina Rezende/UFMG (org.)



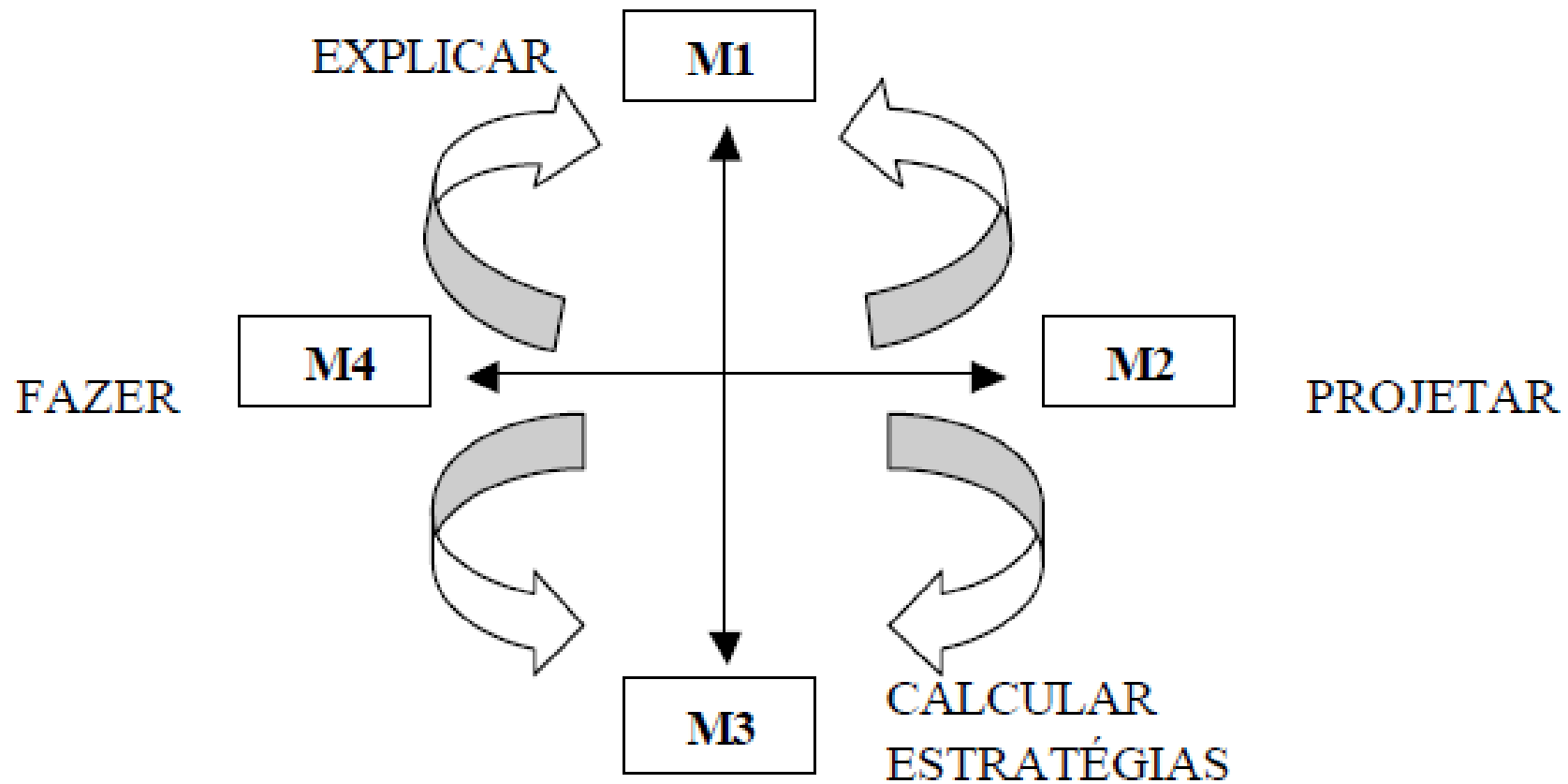
Cadernos temáticos

- 1) *Universalidade, integralidade e equidade* - Prof. Jairnilson Paim (UFBA)
- 2) *Territorialização* - Prof. Antônio Carlos Robert Moraes (USP)
- 3) *Intersectorialidade e transversalidade* - Profa. Rose Marie Inojosa (UMAPAZ)
- 4) *Aspectos econômicos* - João Batista Peixoto
- 5) *Saneamento rural, indígena e de comunidades tradicionais* - José Boaventura Teixeira (Cáritas Brasileira)
- 6) *Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)* - Marcos Helano Fernandes Montenegro
- 7) *Desenvolvimento tecnológico* - Prof. Cícero Onofre de Andrade Neto (UFRN)
- 8) *Questão metropolitana* - Rosa Moura (Ipardes-Paraná)
- 9) *Gestão democrática* - Prof. José Esteban Castro (University of Newcastle, Inglaterra)
- 10) *Desenvolvimento institucional* - Berenice Cordeiro (IPPUR-UFRJ)
- 11) *Capacitação profissional* – Ena Galvão
- 12) *Experiências internacionais e parceria público-público* – Prof. Dieter Wartchow (UFRGS)
- 13) *A política de saneamento e o papel do Estado brasileiro* – Profa. Celina Sousa (UFBA)

Escolas de planejamento

PLANEJAMENTO TRADICIONAL	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL
<p>Determinista</p> <p>Um único ator – o Estado que planeja</p> <p>Predição – um único plano</p> <p>Foco em setores</p> <p>Um único recurso escasso – o econômico</p> <p>Abordagem técnica do plano</p> <p>Cálculo normativo</p> <p>Certeza</p>	<p>Situacional – Circunstancial</p> <p>Vários atores sociais em um jogo difuso</p> <p>Previsão em cenários – planos alternativos</p> <p>Foco em problemas</p> <p>Múltiplos recursos escassos</p> <p>Concepção tecnopolítica do plano</p> <p>Cálculo estratégico</p> <p>Incerteza</p>

Os quatro momentos do PES

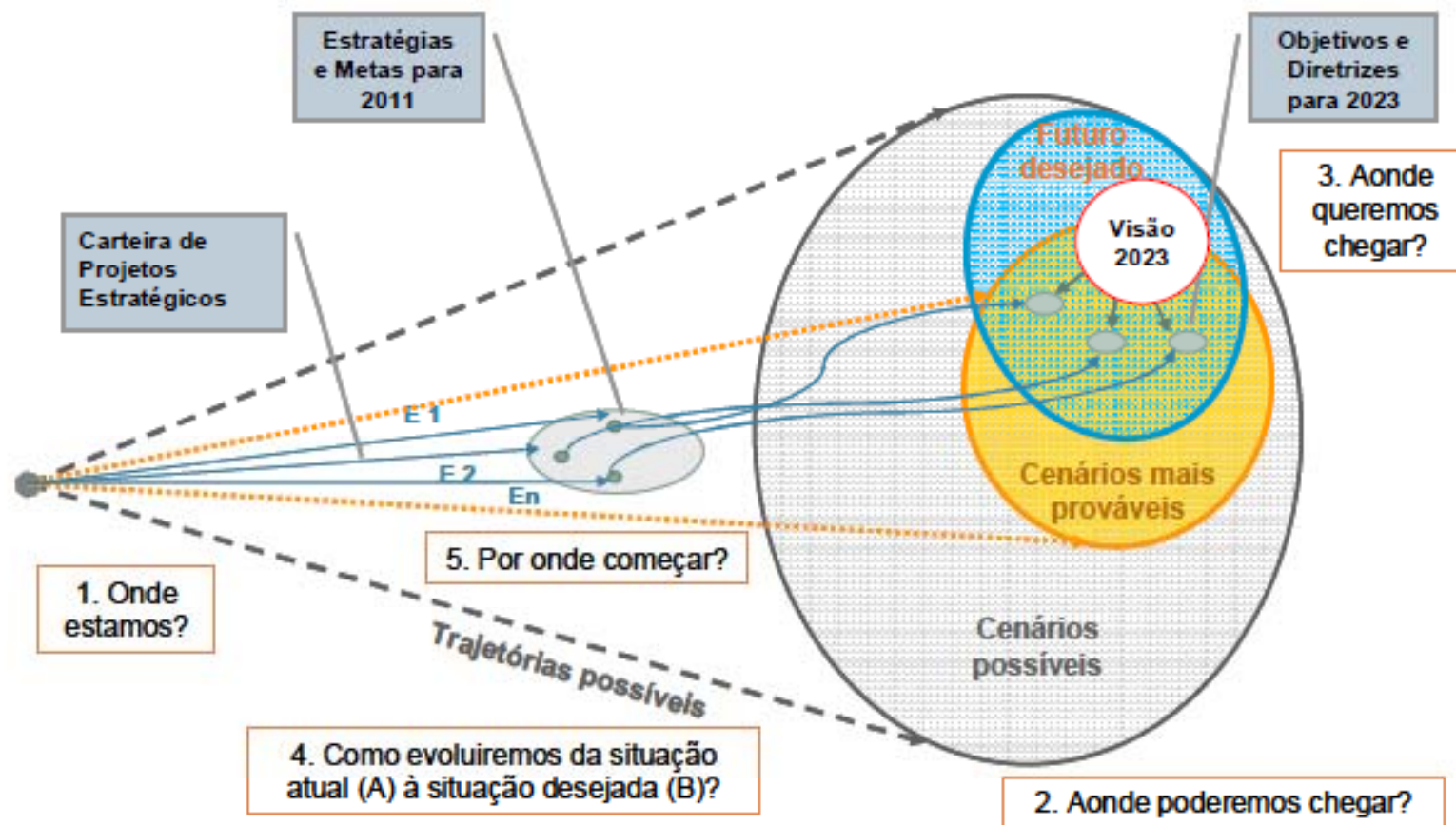




O planejamento baseado em cenários

1. Onde estamos?
2. Aonde poderemos chegar?
3. Aonde queremos chegar?
4. Como evoluiremos da situação atual à situação desejada?
5. Por onde começar?.

O planejamento baseado em cenários II



- ❖ O processo de construção de cenários promove uma reflexão sobre as alternativas de futuro (*explicitam as premissas relativas ao futuro*)
- ❖ Organiza a percepção dos gestores e atores sociais sobre o ambiente e as alternativas futuras (*contribui para criar uma visão coletiva e convergente da promoção da política*)



Cenários são descrições do futuro, baseadas em combinações consistentes de hipóteses plausíveis sobre o desempenho das grandes incertezas, que determinam o comportamento das principais tendências da política pública ou de seu ambiente externo (*baseado em Michel Godet*)

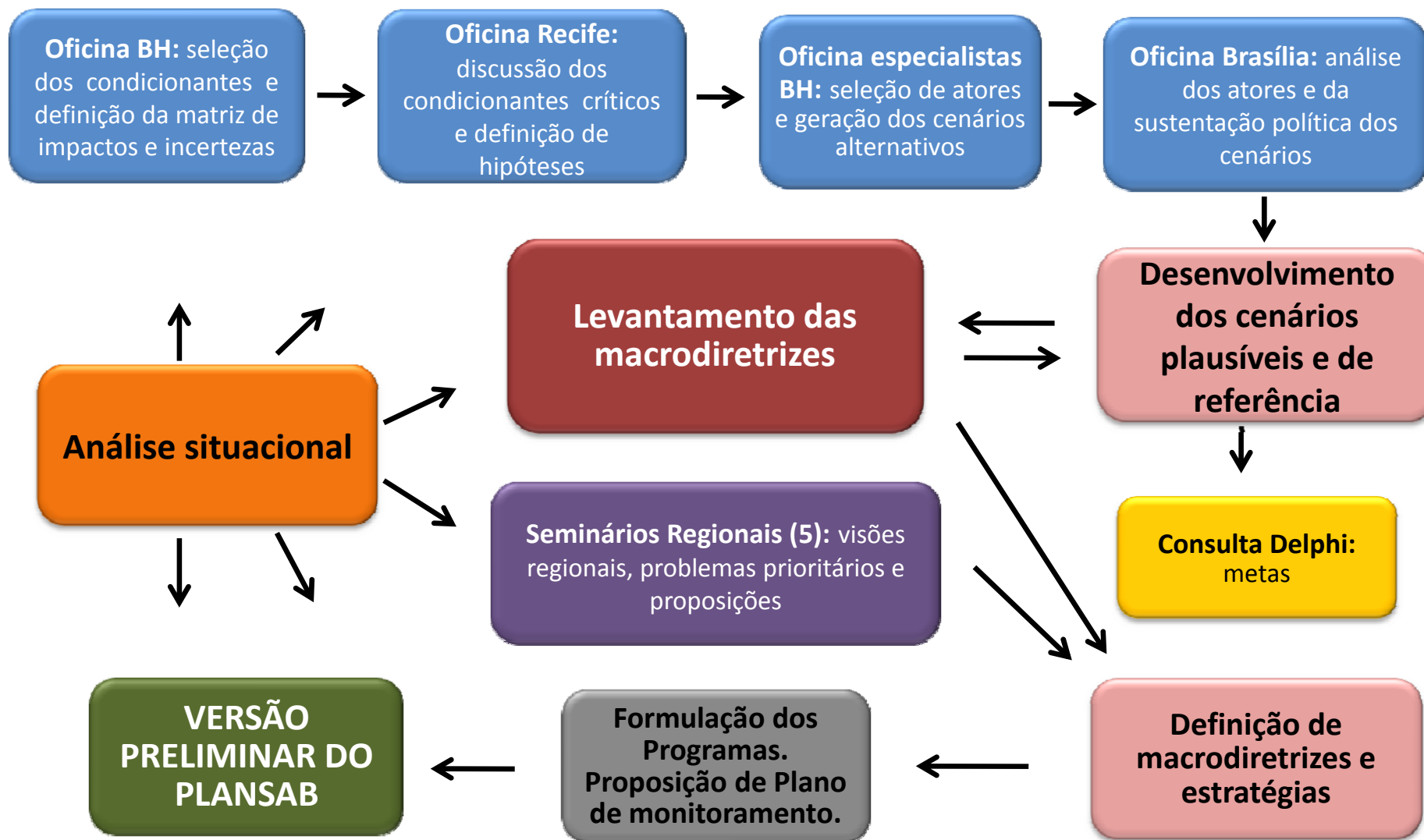


Condicionantes (incertezas críticas)

Variáveis com duas características combinadas:

- ▲ **alta influência e determinação** sobre o comportamento do objeto de estudo (*área de saneamento*)
- ▲ comportamento futuro com **alto nível de incerteza** (*dificuldade para antecipar seus movimentos*)

Fluxograma. Visão estratégica do Plansab



Oficina de especialistas em BH (23/out/09)

Seleção dos cenários alternativos

- ❖ Com base na expectativa de ocorrência das hipóteses dos 11 cenários possíveis foram definidos os cenários alternativos (6), ou seja, aqueles considerados de maior probabilidade pelos participantes (13 especialistas).

CONDICIONANTES	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
1. POLÍTICA MACROECONÔMICA	Elevado crescimento em relação à dívida/PIB	Política macroeconômica orientada para o controle da inflação	---
2. PAPEL DO ESTADO (Modelo de Desenvolvimento) / MARCO REGULATÓRIO / RELAÇÃO INTERFEDERATIVA	Estado provedor e condutor dos serviços públicos com forte cooperação entre os entes federativos	Redução do papel do Estado com privatização de funções essenciais e fraca cooperação entre os entes federativos	Estado mínimo com mudanças nas regras regulatórias e conflitos na relação interfederativa
3. GESTÃO, GERENCIAMENTO, ESTABILIDADE E CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS / PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	Avanços na capacidade de gestão com continuidade entre mandatos	Políticas de estado contínuas e estáveis	Prevalência de políticas de governo
4. INVESTIMENTOS NO SETOR	Crescimento do patamar dos investimentos públicos submetidos ao controle social	Atual patamar de investimentos públicos distribuídos com critérios de planejamento	Diminuição do atual patamar de investimentos públicos aplicados sem critérios
5. MATRIZ TECNOLÓGICA / DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis	Adoção de tecnologias sustentáveis de forma dispersa	Soluções não compatíveis com as demandas e com as tendências internacionais



Oficina de Brasília: ranking do peso dos atores

1	Instituições financeiras nacionais e multilaterais e de fomento	36
2	Grandes usuários e geradores de resíduos e efluentes	35
3	Instituições do governo federal responsáveis pelas políticas de saneamento, de saúde, sociais, de desenvolvimento urbano, recursos hídricos e meio ambiente	33
4	Empresários e suas associações representativas (construtoras, projetistas, fornecedores de materiais e equipamentos)	31
5	Instituições do governo federal responsáveis pela política econômica	30
6	Prefeituras municipais	30
7	Governos estaduais	29
8	Ministério Público, entidades de controle e de defesa do consumidor	28
9	Companhias estaduais de saneamento	22
10	Serviços municipais de saneamento	21
11	Concessionárias privadas de saneamento	21
12	Movimentos sociais com interesse na universalização do saneamento (habitação, reforma urbana, saúde, rural, catadores)	21
13	Entes reguladores	20
14	Movimento ambientalista	20
15	Entidades públicas do setor de ciência e tecnologia e instituições de ensino e pesquisa	17
16	Associações técnico-científicas e entidades representativas de classes profissionais	15
17	Sindicatos de trabalhadores (incluindo da área de saneamento)	15
18	Organizações de auto-gestão em saneamento (cooperativas e associações)	7



Seminários regionais

REGIÃO	LOCAL	DATA	Nº PARTICIPANTES
SUDESTE	Belo Horizonte /MG	20 e 21/10/2009	87
CENTRO-OESTE	Brasília /DF	27 e 28/10/2009	67
NORDESTE	Recife /PE	4 e 5/11/2009	138
NORTE	Manaus /AM	10 e 11/11/2009	82
SUL	Porto Alegre /RS	17 e 18 /11/2009	115
TOTAL			489



Seminários regionais

Questões reflexivas para debate:

- 1) Na sua Região, quais são os principais problemas de saneamento básico e as principais dificuldades para alcançar a **UNIVERSALIZAÇÃO** dos serviços?
- 2) A **PARTICIPAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL** na área de saneamento básico vêm se dando de forma satisfatória?
- 3) Como vem se dando a **RELAÇÃO ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS** quanto às ações de saneamento básico?
- 4) Como a atual política praticada e a **GESTÃO** dos serviços na sua Região vêm contribuindo ou dificultando para se alcançar a universalização do acesso?
- 5) E a **INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES** desenvolvidas pelos diferentes órgãos públicos, relacionadas ao saneamento básico? Ela vem possibilitando a otimização e o uso racional dos investimentos?
- 6) Como você avalia o custo da **TARIFA** de água e esgoto e de limpeza urbana na sua Região? Em geral, qual o peso deste custo no orçamento familiar? Qual o alcance da tarifa social na sua Região?



Inovações

- Base conceitual
- Análise situacional
 - Conceito de déficit
- Estimativa de investimentos
 - Medidas estruturais e estruturantes
- Planejamento participativo
- Planejamento baseado em cenários
- Programas
- Monitorização com base em cenários